

movimentos sociais na venezuela: o árduo caminho da autonomia¹

nelson méndez

Em meu nome e como integrante do Coletivo Editor do jornal *El Libertario* agradeço à Confederação Nacional do Trabalho a oportunidade de expor, resumidamente, a nossa perspectiva sobre o processo dos movimentos sociais na Venezuela. Esta perspectiva é fruto de ação e de reflexão coletivas, e pode ser encontrada nas páginas dos 60 números que editamos desde 1995, a maioria deles disponíveis em nossa página na internet.²

As lutas sociais no século XX

O início da história moderna das lutas sociais na Venezuela, sem dúvida, está associado à transformação trazida, em todos os níveis, pela exploração petrolífera em larga escala, a partir da década de 1920.³ Isso ficou evidente depois da morte do ditador Juan Vicente Gómez, que dominou o cenário político com mão de ferro de 1908 até dezembro de 1935. Seu falecimento parece ter dado o sinal para que se fizessem presentes, no âmbito político-social, diversos

Nelson Méndez é professor titular da Universidad Central de Venezuela.

atores coletivos organizados então emergentes e, até aquele momento, reprimidos pela tirania gomecista. Despontaram ali sindicatos de trabalhadores e associações estudantis, mas também devem ser mencionados os grupos culturais, camponeses, de mulheres, de educadores e de profissionais universitários.

O caminho destes movimentos sociais modernos encontrou, desde aqueles tempos (final da década de 1930 e durante os anos 1940 e 1950), enormes obstáculos quanto às suas possibilidades de autonomia. De um lado, naquele momento, consolidou-se e se tornou mais complexo o papel do Estado como grande administrador local do capitalismo rentista petroleiro,⁴ e foram, principalmente, as possibilidades de acesso a essa renda por via estatal que determinaram a conformação das classes sociais naquele período: burguesia, camadas médias, proletariado. O Estado se converteu em grande promotor, financiador e realizador das inovações exigidas pelo capitalismo, motivo pelo qual era óbvio seu receio quanto ao surgimento autônomo de diferentes opções de modernização vindas dos movimentos sociais. Assim, o Estado utilizou-se dos meios que dispunha para evitá-las, em geral, pela distribuição populista de migalhas e, às vezes, pela repressão desenfreada. De outro lado, estes foram anos de disputa pela condução do Estado entre as Forças Armadas — clássico capataz do governo na história do país — e os modernos partidos políticos⁵, em especial o socialdemocrata AD (*Acción Democrática*), mas também o democrata-cristão COPEI⁶, o liberal URD⁷ e o PCV⁸. Estes partidos, que surgiram depois das organizações sociais, logo as controlaram, convertendo o ativismo social em militância partidária e impondo-lhes um papel subalterno, com suas lutas submetidas à “linha do partido”. Exemplo claro disto se vê no que foi o cur-

so de evolução dominante, e quase único, do sindicalismo desde os anos 1940 até, pelo menos, a década de 1980.⁹

Em janeiro de 1958, caiu a ditadura militar que governava desde novembro de 1948. Fez-se, então, um novo acordo entre os elementos de poder que regiam o capitalismo rentista venezuelano: o *Pacto de "Punto Fijo"* (a exemplo dos *Pactos de La Moncloa*, o nome vem do lugar onde o acordo foi selado, em nosso caso, a chácara onde vivia um líder político). Ali foi acordado o estabelecimento da democracia representativa e o triunfo dos partidos políticos como gestores do Estado rentista¹⁰, em particular a AD e o COPEI que, assim, esforçaram-se para suprimir qualquer expressão significativa de protesto social. Os partidos contavam com uma enorme presença na sociedade (estima-se que, em 1958, entre 25 e 30% dos eleitores eram militantes filiados às quatro principais agremiações políticas) e já haviam subordinado os movimentos sociais; puderam, então, fortalecer essa hegemonia com o clientelismo: distribuição, a partir do Estado, de cargos, favores, recursos e, especialmente, promessas entre os que, de outro modo, seriam arrebanhados para conflitos e manifestações.¹¹ Tal mecanismo de controle político, viabilizado pelos lucros petrolíferos, funcionou com bastante êxito até a década de 1980.

A partir de 1983, iniciou-se a crise do modelo de economia petrolífera que sustentou o *puntofijismo*, acompanhada do desgaste dos artifícios de domesticação bipartidarista dos movimentos sociais. Além disso, os poderes transnacionais impuseram ao Estado a adoção do receituário neoliberal e a restrição das práticas do populismo clientelista. Neste contexto, abriram-se brechas para que, em meio aos conflitos sociais, surgissem indícios claros e relativamente abrangentes de ação autônoma não submetidas aos partidos políticos tradicionais. Isto ocorreu tanto em organiza-

ções previamente existentes, como nas expressões dos novos movimentos sociais: grupos ecologistas, comunitários, indígenas, neofeministas, GLBT, para mencionar alguns. A indicação mais dramática do quanto as coisas mudaram foi a revolta popular espontânea do *Caracazo* (27 de fevereiro de 1989),¹² manifestação de descontentamento social mais importante da nossa história, diante da qual o poder autoritário não teve outra resposta senão uma sangrenta repressão.¹³

Os movimentos sociais em seu labirinto

Com o declínio do controle bipartidarista sobre as lutas sociais, foi indispensável aos elementos reais do poder capitalista buscar um substituto, encontrado em Hugo Chávez, líder do fracassado pronunciamento militar de 4 de fevereiro de 1992. O descontentamento social com a situação vigente gerou simpatias por essa tentativa de mudar as coisas, apesar de a proposta dos golpistas ser pouco clara. As ilusões messiânicas floresceram e jogaram a favor de Chávez que, depois de um período na prisão, recebeu indulto, em 1994, e se tornou candidato presidencial contando com apoios vindos tanto da burguesia e das transnacionais (como a petroleira REPSOL e os bancos Santander e BBVA)¹⁴ como da maioria dos movimentos sociais e seus ativistas, cujas reivindicações prometeu atender caso vencesse as eleições.

Chávez tomou posse em fevereiro de 1999 e, desde então até meados de 2007, deu-se o período de sua relação com os movimentos sociais que pode ser chamado de “esperança esperançosa”, uma vez que estes, em suas ilusões, disputavam o novo quadro político. Assim, vez ou outra, os movimentos sociais adiam sua agenda de lutas e reivindicações próprias a favor daquelas que lhes eram impostas, cujo objetivo principal era manter e consolidar o controle

do poder estatal pelo chavismo e seu líder. Os repetidos processos eleitorais foram a ferramenta pela qual se expressou “a fidelidade das massas ao processo”. Por sua vez, a oposição eleitoral socialdemocrata e de direita enfocava algo parecido: “primeiro nos livremos de Chávez, depois veremos”. Os deslumbrados ativistas sociais aceitaram que o Estado decidisse seus modos e objetivos de funcionamento, hipotecando a relativa autonomia de ação que ganharam na década anterior. A isto se somou que, graças ao aumento dos preços do petróleo, o Estado voltou a contar com vultosos recursos para financiar o clientelismo, então temperado com verborragia pseudo-esquerdista.

A partir dos últimos meses de 2007, e até hoje, muitos sinais indicam que esta lua de mel entre o governo chavista e as agitações sociais está ficando para trás. Em contraste com os anos anteriores, de aguda disputa política mas com desmobilização das lutas sociais, agora despontam, com força crescente, reivindicações coletivas silenciadas por longo tempo. Isso sem contar que o uso de parte da renda petroleira para fins clientelistas não só se vê afetado pela queda dos preços e do volume da produção do *ouro negro*, mas também pela corrupção, incompetência e incoerência, aspectos nos quais este governo é uma versão irretocável e aumentada dos anteriores. Em consequência, está cada vez mais difícil para o chavismo controlar essas lutas que, mesmo assim, dão sinais claros de não atrelamento à pálida oferta da oposição eleitoral.

Os números no auge do descontentamento

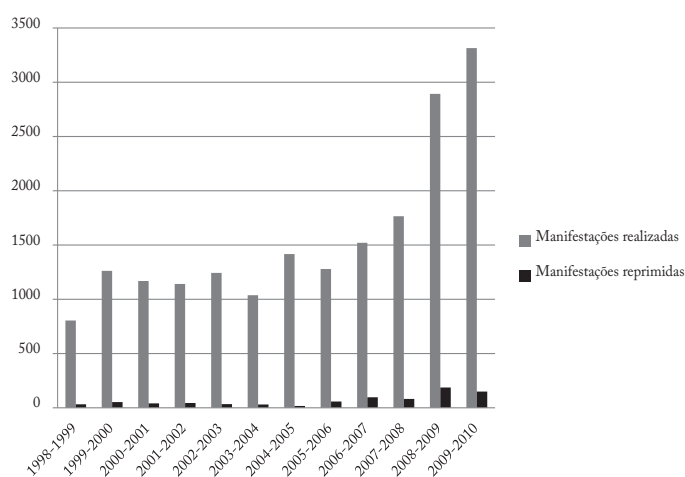
A prova do que foi dito pode ser observada ao revisar as cifras vinculadas às agitações sociais na Venezuela, retiradas dos informes anuais da organização não-governamental

Programa Venezuelano de Educação-Ação em Direitos Humanos (Provea), fonte mais completa e confiável sobre este tema, cuja metodologia de trabalho para reunir a informação pertinente pode ser verificada em cada um dos referidos informes, acessíveis na internet.¹⁵

Com esses dados quantitativos, e ajustando-os ao período que o Provea fixou para suas informações, que compreende os 12 meses entre outubro de um ano a setembro do ano seguinte, elaboramos os gráficos e quadros que expomos a seguir.

Começamos indicando algo que obviamente os devotos e servidores da “revolução bolivariana” se acostumaram a negar, desconhecer ou desfigurar: a quantidade de ações de protesto que ocorreram durante o governo Chávez e como elas aumentaram nos anos recentes, quando também se acentuou a repressão violenta às manifestações.

Gráfico A. Manifestações realizadas e reprimidas na Venezuela (1998-2010).

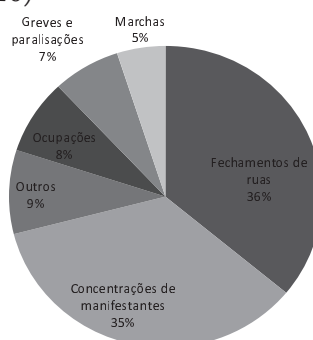


Abaixo encontram-se os dados relativos aos períodos dos três informes mais recentes sobre as formas adotadas pelos protestos. Os principais são: os fechamentos de ruas e as concentrações de manifestantes.

Quadro 1. Formas de ações de protesto (2007-2010)

Tipo	Período		
	10/2007-09/2008	10/2008-09/2009	10/2009-09/2010
Fechamentos de ruas	749	1.012	1.053
Concentrações de manifestantes	397	959	1.372
Marchas	135	262	230
Ocupações	236	146	178
Greves e paralisações	106	214	222
Outros	140	300	260
Total	1.763	2.893	3.315

Gráfico B. Porcentagens das diferentes formas de protesto (2007-2010)

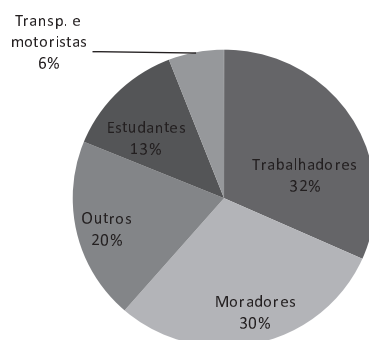


A versão do oficialismo e afins, quando se veem forçados a reconhecer o que os dados anteriores revelam, é que tais “distúrbios e ações desestabilizadoras” têm como atores principais os “agentes da direita golpista e o imperialismo”. Vemos, no entanto, segundo a fonte mencionada e para os mesmos três períodos, a indicação de quem protagonizou essas ações. Encontramos, então, em primeiro lugar, os trabalhadores, seguidos de moradores, estudantes, e transportadores e motoristas. Fica no ar a pergunta: correspondem estes grupos às características imputadas?

Quadro 2. Protagonistas dos protestos sociais (2007-2010)

Protagonistas	Protestos 10/2007 - 9/2008	Protestos 10/2008 - 9/2009	Protestos 10/2009 - 9/2010
Moradores	558	726	1.066
Trabalhadores	511	989	1.049
Desempregados	35	109	205
Transportadores e motoristas	120	159	189
Estudantes	264	370	388
Pais e representantes escolares	53	30	63
Reclusos e detidos	38	54	50
Familiares de vítimas da delinquência	10	81	45
Pró-governo	36	84	38
Opositores	32	129	43
Outros	106	126	179
Total	1.763	2.893	3.315

Gráfico C. Porcentagem dos diferentes protagonistas dos protestos (2007-2010).

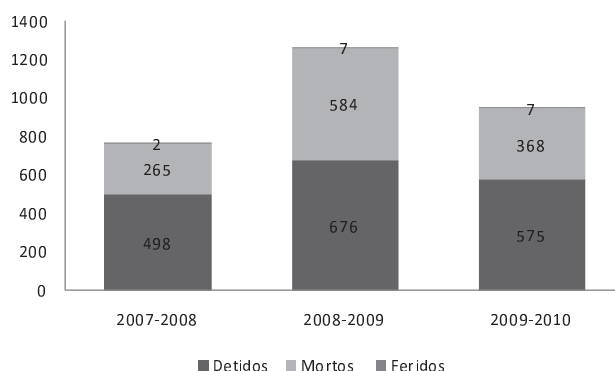


Por último, estão os números sobre repressão aos protestos sociais, apontando a quantidade de vítimas nos referidos três períodos (detidos, feridos e mortos), junto a outras cifras que ratificam como, neste aspecto, sob o “socialismo do século XXI” de Chávez, enfrenta-se uma situação similar à que impera nos regimes da direita neo-liberal na América Latina.

Quadro 3. Vítimas da repressão aos protestos sociais (2007-2010)

	10/2007 - 09/2008	10/2008 - 09/2009	10/2009 - 09/2010	Total
Detidos	498	676	575	1.749
Feridos e lesionados	265	584	368	1.217
Mortos	2	7	7	16
Manifestações reprimidas	83	187	150	420
Manifestações reprimidas pela GNB ¹⁶	19	67	37	123
Manifestações reprimidas/ manifestações realizadas	1/20	1/15	1/22	

Gráfico D. Vítimas da repressão aos protestos sociais (2007-2010)



- 41 manifestantes foram assassinados por agentes repressivos do Estado de agosto de 2001 até hoje; 19 morreram em 11 de abril de 2002;
- 2.240 manifestantes foram submetidos a processos judiciais entre outubro de 2004 e setembro de 2009; destes, 1.507 eram camponeses.

Esperanças partidas e criminalização do protesto

Como se fosse pouco o que se expressa nessas estatísticas, hoje, na Venezuela, a luta pela autonomia dos movimentos sociais tem que resistir a uma crescente criminalização de suas expressões por parte do Estado, que é amparada, na esfera jurídico-institucional, por um reforçado arsenal de instrumentos para legalizar a repressão; no plano político, pelas vociferantes acusações do poder que apresenta todo protesto como “manobra a favor do golpismo e do imperialismo”; e no âmbito social cotidiano, pela intenção de fazer com que as bases chavistas sejam aquelas que, em primeira instância, denunciem e, mais ainda, que sufoquem as ações dissidentes, conduzindo ao *paramilitarismo* e à *para-repressão*.¹⁷

Para entender melhor a situação, é indispensável, ao menos, elencar os exemplos atuais mais relevantes de conflito social, que em cada situação devem enfrentar distintos modos de desprestígio, perseguição e agressão com os quais o Estado e seus sócios capitalistas pretendem anulá-los: das lutas dos trabalhadores, ressaltam-se os casos da *Ferrominera*,¹⁸ da Sidor,¹⁹ dos aposentados da CANTV,²⁰ da Mitsubishi, e os diversos conflitos na região industrial de Aragua; em relação aos indígenas, há a luta que travam os Yukpa da serra de Perijá; reclamando o direito de moradia, temos as ocupações e despejos que ocorrerem em todo o país, como também acontece com os múltiplos protestos diante da falha e da carência dos serviços públicos; dentro e fora das prisões, há um reiterado enfrentamento contra a barbárie do sistema penitenciário; quanto ao clamor dos atingidos pela violência sem freio do aparato repressivo, deve-se mencionar o *Comité de Víctimas Contra la Impunidad del Estado de Lara*; nos temas de gênero, o trabalho da *Casa de la Mujer Juana Ramírez*, em Maracay; no que diz respeito ao protesto estudantil, destacamos como ele sofre uma odiosa perseguição judicial que não deve nada ao que se viveu nos governos do *puntofijismo*; enquanto que, para o campesinato, quando se acomoda, chegam promessas e esmolas, mas quando se agita, chegam sicários e tribunais. Descrições detalhadas destes casos e outros mais estão registradas nas edições impressas e na página do *El Libertario* na internet, assim como no bem documentado livro *Venezuela: La Revolución como espectáculo. Una crítica anarquista al gobierno bolivariano*, de Rafael Uzcátegui, no qual existe ainda uma ampla lista de referências adicionais.

Houve, há ou haverá perspectivas positivas para os movimentos sociais diante do que oferece o “socialismo bolivariano”? Só cabe responder NÃO, pois qualquer avanço

se vê negado pela imposição autoritária e caudilhista de um regime onde o ativismo social deve se dobrar ao patrocínio, à ideologia e ao controle do Estado; pela dependência acanhada diante de promessas demagógicas, cuja execução exitosa depende do paternalismo burocrático; pela crescente corrupção e ineficiência que infecta tanto o setor oficial como as organizações sociais que lhe estão submetidas; pela proposta socialista convertida em alibi para uma política a serviço das transnacionais e da ascensão da *boliburguesia* ou burguesia bolivariana. Entendemos que o desenvolvimento livre e pleno dos movimentos sociais só pode ocorrer caso rompam com a tutela que o chavismo exerce sobre a maioria deles. Claro, não para cair de modo parecido nas mãos da direita liberal ou da socialdemocracia, mas concretizando ideias e vias de ação que surjam de seu caminhar autônomo, no calor das lutas e fins que são sua razão de ser, como mostram os alentadores sinais percebidos nos exemplos de protesto social mencionados no parágrafo anterior.

Nestes anos, foi d@s anarquistas a difícil tarefa de desmascarar as ilusões desmobilizadoras criadas pelo Estado, pelo Capital e por seus aliados, uns com a máscara “socialista” do governo e outros com o disfarce “democrático” da oposição socialdemocrata e de direita. Com persistência, caminhos foram abertos para acompanhar o ímpeto dos movimentos sociais de construir autonomia, onde o esforço foi ganhar espaço para as propostas de ação direta, autogestão e apoio mútuo que o anarquismo promove. O testemunho “em tempo real” desta atividade foi documentado nas edições do jornal *El Libertario* (e mais recentemente em seu blog²¹), em outros materiais que este porta-voz divulgou, impressos ou eletrônicos,²² nas entrevistas concedidas a seu Coletivo Editor que foram difundidas em muitos ca-

nais de comunicação e, agora, também no livro mencionado de Uzcátegui (também integrante da publicação), obra de consulta indispensável para quem queira obter mais informação sobre os tópicos reunidos neste artigo.

Tradução do espanhol por Aline Passos.

Notas

¹ Em novembro de 2010, entre as comemorações do centenário da Confederação Nacional do Trabalho, histórica expressão do anarcossindicalismo ibérico, foi convocada, na cidade andaluza de Córdoba, uma mesa redonda sobre os movimentos sociais latino-americanos. Ali me coube, como representante do Coletivo Editor do jornal venezuelano *El Libertario*, apresentar um documento que procurava reunir a opinião do grupo sobre este tema, embora sejam de minha inteira responsabilidade a redação e a análise expostas nesta versão final escrita da referida intervenção.

² *El Libertario*. Disponível em: <http://www.nodo50.org/elibertario> (acesso em: 01/11/2010). Para indicar mais precisamente a localização do que se trata aqui, há neste site a seção “*viejos liber*”, onde consta um índice com a classificação por temas de todos os artigos que já foram publicados.

³ Uma visão geral do processo histórico venezuelano no século XX está disponível em: Asdrúbal Baptista (coord). *Venezuela siglo XX. Visiones y testimonios, vol. 3*. Caracas, Fundación Polar, 2003 e Fundación Polar. *Diccionario de Historia de Venezuela*. Caracas, Fundación Polar, 2000.

⁴ Em português, a expressão *capitalismo financeiro* é mais comum que *capitalismo rentista*. No entanto, optou-se pela tradução mais próxima à expressão utilizada no texto original, uma vez que se trata de uma referência conceitual e o autor preferiu utilizar *rentista* a *financiero* (neste caso, literalmente, *financeiro*). (N.T)

⁵ Para compreender o fundamental sobre os partidos políticos na Venezuela, ver: Centro Gumilla. “Los Partidos Políticos em Venezuela” in *Curso de Formación Sociopolítica*. Caracas, Centro Gumilla, 1998, pp. 16-48.

⁶ *Partido Social Cristiano*. (N.T.)

⁷ *Unión Republicana Democrática*. (N.T.)

⁸ *Partido Comunista de Venezuela*. (N.T.)

⁹ Para um panorama do sindicalismo venezuelano nestes anos, ver: Bernard Lestienne. “El Sindicalismo Venezolano” in *Curso de Formación Sociopolítica*. Caracas, Centro Gumilla, 1981, pp. 26-40 e José I. Arrieta. “El Movimiento Sindical en Venezuela (I e II)” in *Curso de Formación Sociopolítica*. Caracas, Centro Gumilla, 1995, pp. 17-72 e pp.18-70.

¹⁰ A expressão *Estado rentista* também pode ser traduzida por *Estado financista*. Pelos mesmos motivos mencionados anteriormente, optou-se pela primeira. (N.T.)

¹¹ Ver: Domingo Alberto Rangel. *La Revolución de las Fantasías*. Caracas, Grijalbo, 1988.

¹² O *Caracazo* também é conhecido como 27-F, em referência à data da manifestação. (N.T.)

¹³ Sobre os posicionamentos anarquistas a respeito da situação venezuelana no final dos anos 1980 e a raiz do 27-F, ver o que se publicou durante estes anos no boletim *Correo A*, que produziu 28 edições impressas e, atualmente, possui um *blog* com uma ampla seleção dos textos ali publicados. Disponível em: <http://www.correoa.blogspot.com> (acesso em: 01/11/2010).

¹⁴ Informação abundante e contundente sobre as relações destas (e de muitas outras) transnacionais com o chavismo pode ser encontrada na publicação *Soberanía*. Disponível em: <http://www.soberania.org> (acesso em: 01/11/2010).

¹⁵ *Provea*. Disponível em: <http://www.derechos.org.ve> (acesso em 01/11/2010). Os informes do Provea também estão acessíveis na versão impressa de cada ano, além de existir um CD, produzido pela organização, onde se recolheram todos os informes até o ano de 2009.

¹⁶ GNB: *Guardia Nacional Bolivariana*; corpo militar com funções de policiamento-repressão.

¹⁷ Além das fontes referidas neste trabalho, existem testemunhos de tudo isso na publicação *La cl@se.info*. Disponível em: <http://www.laclase.info> (acesso em: 01/11/2010).

¹⁸ Empresa estatal venezuelana de ferrovias e de extração de minérios. (N.T.)

¹⁹ *Siderúrgica del Orinoco Alfredo Maneiro* (SIDOR) — empresa de siderurgia estatizada pelo governo Chávez em 2008. (N.T.)

²⁰ *Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* (CANTV) — empresa de telecomunicações estatizada pelo governo Chávez em 2007. (N.T.)

²¹ *El libertario* (blog). Disponível em: <http://www.periodicolibertario.blogspot.com> (acesso em 01/11/2010).

²² Muitos deles acessíveis na seção “Textos”, da página de *El Libertário* na internet.

Resumo

Apresentam-se os dados fundamentais da história dos movimentos sociais venezuelanos no século XX para examinar o essencial desse processo que levou à presidência Hugo Chávez, com sua proclamada construção do socialismo do século XXI. Segue uma revisão de gráficos e quadros estatísticos pertinentes ao conhecimento das lutas coletivas na Venezuela contemporânea; finalmente, expõe o panorama atual da mobilização social em busca de sua autonomia, apesar das chantagens e da repressão, descrevendo o papel que desempenhou o ativismo libertário na conjuntura do presente. palavras-chave: movimentos sociais, Venezuela, anarquismo.

Abstract

We present fundamental data on the history of social movements in Venezuela during the 20th century, examining in particular those essential elements that led to the presidency of Hugo Chavez with his proclaimed construction of 21st century socialism. We then revise the contemporary Venezuelan collective struggle through statistically pertinent graphs and tables. Finally, we cover current social movements aimed at achieving autonomy despite attempts at blackmail and repression, describing the role presently played by libertarian activism.

keywords: social movements, Venezuela, anarchism.

Recebido para publicação em 18 de fevereiro de 2011. Confirmado em 26 de março de 2011.